

Dívida Externa **A última oportunidade**

Na próxima semana, voltamos a discutir com os bancos credores. Talvez seja esta a última oportunidade para chegarmos a um acordo que nos beneficie. Perdemos na questão um tempo precioso, criando assim novos fatores de recessão numa economia que necessitava exportar e encontrar recursos para investir. Pior, adotamos atitude de intransigência em nome de um princípio que os fatos estão desmentindo. Cumpre que o presidente Fernando Collor, até agora mal informado por seus assessores, assuma finalmente pleno conhecimento do que está em jogo.

Em nome da originalidade, apresentamos proposta que nem sequer chegou a ser considerada por nossos interlocutores. Parecendo desconhecer suas dificuldades (especialmente as dos norte-americanos), demos início às discussões avisando-os de que nada pagaríamos no presente. A resposta foi imediata: exigiram os bancos credores que até o final de 1990 desembolsássemos um terço dos juros atrasados para que se iniciasse a renegociação. Voltamos à mesa das negociações propondo pagar 15% com a exclusão, porém, de uma parcela de empréstimos avalizados pelo Tesouro, sob o pretexto de que não havíamos recebido a contrapartida em cruzeiros. Hoje, ao que parece, estamos prontos para reconhecer esse aval, o que deverá elevar a quantia que nos dispomos a desembolsar cerca de US\$ 1,2 bilhão. Na reunião da próxima semana tentaremos chegar a um valor definitivo.

Seria desejável que, a partir de nossas reservas, cedêssemos ainda um pouco para poder acabar com uma barganha que só nos tem sido desfavorável.

Com efeito, é de grande importância para os bancos norte-americanos que o Brasil pague algo antes do final do ano, desobrigando-os de novas provisões que reduziriam seus

lucros e os tornariam ainda mais intransigentes nas futuras negociações. Obtido um acordo preliminar, tudo indica que o FMI (depois da revisão da carta de intenção de setembro) liberará o stand by credit, o que nos permitirá obter mais recursos do Banco Mundial e do BID, a possibilidade de renegociar com o Clube de Paris e empréstimos vultosos do Japão e da Itália. O bom senso parece indicar o caminho a seguir.

Há outro aspecto a considerar: o próprio princípio que nos levou a uma negociação árdua. O grande argumento era que numa renegociação apenas os bancos credores teriam vantagem, uma vez que, mesmo depois de um acordo, não poderíamos abrigar a esperança de receber novos recursos dessas instituições. Ora, os fatos estão desmentindo tal afirmação, tão comum entre nós. O México, que realizou uma renegociação nos termos mais ortodoxos, conseguindo assim reduzir o montante da sua dívida e do respectivo serviço, poderá contar agora com um empréstimo indireto de US\$ 5 bilhões para exploração do seu petróleo. Trata-se de empréstimo bastante significativo, feito por um consórcio de bancos norte-americanos. Abrisse a Petrobrás ao capital estrangeiro a exploração do petróleo, não necessitaria nem sequer de recursos para explorar nossas reservas. Mas, ao que parece, não interessa ao Brasil a poupança externa.

